

Título: Educação, trabalho e saúde no porto de Santos-SP

VALEIRAS, Ana Paula N. Viveiros - UNISANTOS

SEVERINO, Francisca E. - UNISANTOS

GT: Educação Popular/ n.06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Este texto apresenta reflexões fundadas nos resultados parciais que desenvolvo no Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) e cujo objeto é o trabalho de implantação do Programa de Agentes Comunitário de Saúde (PACS).

O trabalho destaca aspectos sócio-culturais, políticos e educacionais das relações entre saúde e desenvolvimento no âmbito de um projeto de integração Porto/ Cidade. As famílias de (ex) trabalhadores do Porto de Santos refletem na saúde de seus membros, a complexidade do trabalho portuário.

O objetivo é o de analisar os resultados do Programa, que visa reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

“... parece estar clara a necessidade de se buscar novas e diferentes maneiras de analisar e avaliar as práticas, ações e estratégias implementadas em diversos cenários brasileiros, visando a avaliação e a sedimentação daquelas sob múltiplas óticas e visões que caracterizam-se pela adequação às necessidades e expectativas dos usuários internos e externos.”(CIANCIRULLO,T.I.,2002)

Segundo o IBGE, Santos possui 417.983 habitantes (Censo de 2000).Atualmente no município de Santos o Programa de Agentes Comunitários de Saúde tem atuação em 22 bairros da cidade, com um total de 34.241 famílias acompanhadas no município, aproximadamente 123.036 pessoas.

A pesquisa refere-se a um trabalho que já atingiu um total de, aproximadamente, 5.000 famílias (18.000 pessoas). Está posicionada nos bairros Estuário e Macuco, área portuária da cidade de Santos.

Considerado o maior porto do hemisfério Sul, o Porto de Santos foi inaugurado em 2 de fevereiro de 1892, quando a então Companhia Docas de Santos (CDS) entregou à navegação mundial os primeiros 260 metros de cais, na área do Valongo. O porto não parou de se expandir, atravessando todos os ciclos de crescimento econômico do país, aparecimento e desaparecimento de tipos de carga, até chegar ao período atual de amplo

uso dos contêineres. Com a inauguração, iniciou-se, também, uma nova fase para a vida da cidade. A população economicamente ativa da cidade de Santos sempre trabalhou direta ou indiretamente no porto de Santos. A vida se entrelaçava com o cotidiano portuário.

Durante o final do século XIX, o porto foi a principal atividade econômica da cidade e da região. A cultura do café estendia-se por todo o Planalto Paulista, atingindo até algumas áreas da Baixada Santista, o que pressionava as autoridades para a necessidade de ampliação e modernização das instalações portuárias. O café poderia ser exportado em maior escala e rapidez.

Após 1980, algumas transformações foram realizadas como a estatização das operações portuárias, em decorrência da qual o porto passou a ser administrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo, uma empresa de economia mista, de capital majoritário da União, e, em 1993, foi promulgada a Lei 8.630, chamada Lei de Modernização Portuária, que provocou grandes mudanças, introduzindo empresas privadas e com isso novos operadores portuários.

Esta mudança nas relações de trabalho influenciou a vida das famílias dos trabalhadores portuários, não só em sua saúde, mas também na qualidade de vida de seus membros.

Atualmente, o Porto de Santos, movimentando, por ano, mais de 60 milhões de toneladas de cargas diversas, é responsável por um terço da movimentação de exportação e importação brasileira, com 12 km de cais, entre as duas margens do estuário de Santos.

Por mais de três séculos e meio, o Porto de Santos, embora tivesse crescido, manteve-se em padrões estáveis, com o mínimo de mecanização e muita exigência de trabalho físico. Além disso, as condições de higiene e salubridade do porto e da cidade resultaram altamente comprometidas, propiciando o aparecimento de doenças de caráter epidêmico.

Mediante estudo empírico das relações entre educação informal/ educação institucional, investigo as novas práticas educativas que emergem das relações cotidianas entre a população portuária e agentes comunitários de saúde.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde atende seguindo os critérios de indicadores epidemiológicos de saúde.

“A observação de alguns indicadores como: presença de desnutridos, recorrência de patologias facilmente controláveis, ocorrência de óbitos por doenças tratáveis,

doenças incapacitantes dos pais, desemprego prolongado e separação de casal, violência contra cidadãos mais frágeis, fracasso escolar, envolvimento de crianças em situações ilícitas, percepção pelos vizinhos de situações de negligência e crise interna, crianças para sai vivendo na rua, presença de idosos com sinais de descuido, atritos freqüentes com a vizinhança e repetição de posturas prejudiciais à comunidade local, possibilitam a identificação das famílias a serem assistidas, priorizando suas necessidades”.(VASCONCELOS, 1999).

Confirmando o que podemos observar no porto de Santos, Icléia Thiesen ao referir-se ao porto do Rio de Janeiro, descreveu a mesma imagem.

”Desativados antigos portos, as regiões portuárias habitadas hoje por idosos com baixas aposentadorias e populações desempregadas, entram em acelerada decadência, sendo caracterizada como” espaços de poluição “, “ lugares mortos “, com precários serviços públicos e privados, ampliando e intensificando antigos estigmas que já rondavam tais áreas”.

Estas convergências de imagens esclarecem que a degradação destas regiões seja de municípios situados na Baixada Santista ou municípios da Baixada Fluminense, ocorrem em um mesmo processo histórico de modernização da sociedade brasileira.

A história do bairro do Macuco se origina da família Macuco que era possuidora de grande parte da região, hoje ocupada pelo bairro. É um dos mais tradicionais bairros da cidade, guardando em suas ruas antigos mercadinhos, botequins e a vida tranqüila de um bairro que nasceu para abrigar os trabalhadores do porto e onde hoje vivem seus descendentes. O bairro do Estuário, assim denominado porque se estende para o estuário, é parte do bairro do Macuco, onde hoje se situam a Bacia do Macuco e casas populares.

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) é uma nova proposta que tem como referência básica o processo de humanização no atendimento aos usuários do serviço de saúde. Os profissionais que o compõem são importantes para essa mudança.

O envolvimento da equipe com a população assistida vai além do mero âmbito da saúde. O Agente Comunitário de Saúde é parte integrante desse processo, pois para atuar no Programa de Agente Comunitário de Saúde é necessário que seja morador do bairro e que esteja inserido na comunidade. Essa relação cria vínculo de coresponsabilidade favorecendo a integração porto/cidade/universidade.

“Apesar das transformações sentidas no porto e em seu entorno, ou ao menos com parte dele, a relação continua estreita quer seja em termos de trabalho, quer seja

em termos da relação entre os trabalhadores e suas entidades de representação na comunidade”.(SANTANA, 2000).

O Agente Comunitário de Saúde não é um mero espectador dessa realidade. Ele também faz parte dessas famílias, pois estes “*devem pertencer à própria comunidade, viver uma vida igual à de seus vizinhos e estar preparados para orientar as famílias a cuidarem da sua própria saúde e da saúde da comunidade*” (BRASIL, 2000).

Na pesquisa busco desvelar como o Agente Comunitário de Saúde percebe a implantação do PACS nos bairros portuários de Santos e se é compreendida a sua inserção neste processo como elo de ligação entre a população portuária e a cidade. As opiniões elaboradas pelos ACS, as quais dizem respeito à sua prática, desvelando tanto como eles vêem, como também, são vistos pela comunidade santista.

De fato, com o advento da globalização econômica as mudanças ocorridas com a implementação da Lei 8.630, ao privilegiar a inserção da robótica e informática, causou impacto nas relações de trabalho portuário tendo como seu principal efeito o desemprego, indicador de empobrecimento destas regiões portuárias.

“As transformações técnicas e de processo de trabalho, bem como na gestão do porto, não deixaram de ter impactos nas formas organizativas dos trabalhadores”. (SANTANA, 2000).

O que já pude observar a partir da prática do trabalho do Agente Comunitário de Saúde é a presença massiva de homens em idade produtiva a vagar pelos “lugares mortos” e “espaços de poluição”.

O desamparo e a desesperança fluem “*Eivada de subjetividade, a história oral, principalmente de homens comuns*” (BARROS, 2005), coloca o Agente Comunitário de Saúde frente ao desafio de pesquisar relações entre a cidade e o porto, na perspectiva de seus habitantes, o que justifica a exigência de se desdobrar à reflexão para o âmbito do trabalho universitário. Assim no confronto das políticas desenvolvimentistas rememoradas pela fala dos habitantes das áreas portuárias, percebi a premência de desenvolver um trabalho acadêmico que desse conta de cotejar essa memória reatualizada no presente por essa lei.

Instigada pelas contradições vivenciadas no âmbito de meu trabalho como supervisora dos ACS, cuja principal função é o desafio de reeducar trabalhador desempregado e sua família e pela simultânea necessidade a desenvolver esta pesquisa com vistas a elaborar minha dissertação de mestrado. Apresento aqui os primeiros resultados obtidos, que já expressão a relevância social e educacional desta

investigação, como bem assinala Pedro Demo. “*Pesquisa é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como princípio educativo que é, na base de qualquer proposta emancipatória*”. (DEMO, 2001, p.16).

Referências bibliográficas:

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde.-Coordenação de Atenção Básica.*Avaliação da implantação e funcionamento do programa de saúde da família*, Relatório preliminar, Brasília, 1999.

CIANCIRULLO, T.I. *Saúde na Família e Comunidade*, São Paulo, Ed. Robe, 2002.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: Princípio Científico Educativo*.São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio.*Memória, cidade e cidadania*.In: Costa, Icléia Thiesen Magalhães; Gondar, JÔ (orgs).*Memória e espaço*. Rio de Janeiro, Ed. 7Letras, 2000.

THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcante; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.) *Vozes do Porto: memória e história oral*, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2005.

VASCONCELOS, E.M. *A priorização da família nas políticas de saúde*, Saúde em Debate, Rio de Janeiro, 1999.